



## Ata da Reunião Ordinária do Conselho Administrativo

Aos 14 (catorze) dias do mês de abril de 2026, às 14 horas, na sede do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Piracaia – PIRAPREV, situado na Avenida Dona Elza Peçanha de Godoy, nº 170, Bairro Vista Alegre, Comarca de Piracaia-SP, reuniu-se o Conselho Administrativo, com a presença dos membros nomeados pelos Decretos nº 4.815/2020, nº 4.856/2021, nº 5.035/2021, nº 5.050/2021, nº 5.259/2023, nº 5.539/2025 e nº 5.561/2025, bem como da Superintendente Sra. Claudia Leoncio Martins e do auxiliar financeiro e membro do Comitê de Investimentos, Sr. Robson Adão Martins Ribeiro. Registrou-se a presença dos conselheiros em lista de presença, tendo sido verificado o quórum necessário para deliberação.

### 1. Assinatura de atas e documentos pendentes

Foi apresentada aos conselheiros, para ciência, leitura e assinatura, a ata da reunião ordinária realizada no mês de março de 2026, que após lida e achada conforme, foi aprovada pelos presentes. **Item APROVADO.**

### 2. Síntese Macroeconômica – Março/2026

O Sr. Robson Adão Martins Ribeiro apresentou aos conselheiros a Síntese Macroeconômica referente ao mês de março de 2026, contextualizando o cenário internacional e doméstico e seus potenciais impactos sobre as classes de ativos que compõem o portfólio do PIRAPREV. Na exposição, foram destacados os principais vetores econômicos observados no período, com ênfase no choque geopolítico no Oriente Médio, na elevação do preço internacional do petróleo, nos riscos associados ao Estreito de Ormuz, na reprecificação das curvas de juros globais, no comportamento do dólar, na saída de recursos de mercados emergentes e na maior volatilidade observada nos ativos de risco. Foi esclarecido aos conselheiros que o mês de março foi marcado pela intensificação da incerteza inflacionária global, especialmente em razão do impacto do petróleo sobre combustíveis, fretes, cadeias produtivas, fertilizantes e expectativas de inflação. No cenário internacional, destacou-se que os bancos centrais passaram a adotar postura mais cautelosa, com redução da expectativa de cortes de juros nos Estados Unidos e reprecificação das taxas dos títulos públicos norte-americanos, movimento que pressionou bolsas globais, ativos de crescimento, tecnologia, mercados emergentes e estratégias internacionais mais sensíveis à abertura de juros. No cenário doméstico, foi informado que o IPCA de março apresentou variação de 0,88%, acima das expectativas de mercado, elevando o acumulado em doze meses para 4,14% e reforçando a necessidade de cautela quanto à trajetória da inflação. Também foi ressaltado que o Comitê de Política Monetária reduziu a taxa Selic para 14,75% ao ano, mas que o ciclo de flexibilização monetária passou a ser interpretado com maior prudência diante da surpresa inflacionária, da pressão dos combustíveis, dos alimentos e dos serviços, bem como da necessidade de manutenção da ancoragem das expectativas. Registrou-se, ainda, que o Brasil apresentou alguma resiliência relativa frente ao choque externo, em razão do diferencial de juros, do carregamento elevado, da posição do país como exportador de commodities e da sustentação dos termos de troca. Contudo, foi ponderado que tal resiliência não elimina os riscos associados à inflação, ao cenário fiscal, ao câmbio, à volatilidade externa e à possibilidade de nova abertura da curva de juros doméstica. No âmbito dos investimentos do RPPS, foi destacado que o cenário apresentado reforça a necessidade de postura prudente, seletiva e gradual na condução da carteira, especialmente na renda fixa, com atenção ao equilíbrio entre liquidez, carregamento, duração e risco de marcação a mercado. Também foi explicado que os ativos de renda variável, investimentos no exterior, multimercados e fundos estruturados tendem a



apresentar maior volatilidade em períodos de aversão global a risco, devendo ser avaliados em horizonte compatível com a natureza previdenciária dos recursos. Após os esclarecimentos prestados, o Conselho Administrativo tomou ciência do conteúdo apresentado, reconhecendo a relevância da análise macroeconômica para a avaliação da carteira, para a apreciação das recomendações do Comitê de Investimentos e para a deliberação quanto à destinação dos recursos previdenciários a ingressar no período. O material apresentado passa a integrar a presente ata em anexo. **Item APROVADO.**

### 3. Análise da carteira de investimentos – posição em 31/03/2026

Na sequência, o Sr. Robson Adão Martins Ribeiro apresentou ao Conselho Administrativo a posição consolidada da carteira de investimentos do PIRAPREV em 31/03/2026, com base no Relatório Mensal elaborado pela consultoria I9 Advisory e nos painéis complementares de acompanhamento gerencial. Ficou registrado que o patrimônio consolidado do Instituto totalizava R\$ 208.421.325,97, com rentabilidade de -0,57% no mês, correspondente a resultado financeiro negativo de R\$ 1.197.251,23, em desempenho inferior à meta atuarial de referência do período. Também foi apresentado aos conselheiros o Relatório Gerencial de Investimentos referente ao período acumulado até março de 2026, utilizado como instrumento complementar de acompanhamento executivo da carteira, especialmente quanto à rentabilidade consolidada, aderência à meta atuarial, risco, liquidez, fluxo previdenciário, enquadramento, posições sob monitoramento e evolução histórica dos investimentos. Esclareceu-se que o referido relatório não substitui o Relatório Mensal da consultoria I9 Advisory, mas complementa sua análise, permitindo ao Conselho Administrativo visualizar, de forma sintética e integrada, os principais indicadores necessários à apreciação da carteira e à deliberação sobre a destinação dos recursos previdenciários do período. O referido material passa a integrar a presente ata em anexo. Ressaltou-se, contudo, que a leitura do resultado mensal não deveria ser realizada de forma isolada, uma vez que março foi marcado por cenário de maior estresse nos mercados, com reprecificação de ativos de risco, abertura de curvas de juros, choque externo de petróleo, maior aversão global a risco e impacto negativo sobre renda variável, investimentos no exterior, multimercados e fundos estruturados. Ainda assim, foi informado que a carteira preservou retorno acumulado positivo em horizonte mais amplo, registrando rentabilidade de 14,37% em doze meses, contra 9,69% da meta atuarial no mesmo período, mantendo superação de 4,68 pontos percentuais nessa janela de acompanhamento. Quanto à composição patrimonial, informou-se que a carteira permaneceu majoritariamente alocada em Renda Fixa, com R\$ 137.312.316,02, equivalentes a 65,88% do patrimônio, acompanhada por Renda Variável, com R\$ 37.662.202,49, equivalentes a 18,07%; Investimentos Estruturados, com R\$ 21.650.346,70, equivalentes a 10,39%; Investimentos no Exterior, com R\$ 10.717.948,39, equivalentes a 5,14%; e Fundos Imobiliários, com R\$ 1.078.512,37, equivalentes a 0,52%. Foi esclarecido que essa composição mantém a predominância da Renda Fixa como núcleo estrutural da carteira, preservando o objetivo de estabilidade, liquidez, carregamento e compatibilidade com as obrigações previdenciárias, ao mesmo tempo em que conserva exposições complementares voltadas à diversificação e à busca de retorno em horizontes mais longos. Na exposição, foi informado aos conselheiros que a análise da carteira foi conduzida de forma segmentada, contemplando os blocos de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos no Exterior, Investimentos Estruturados, compreendendo Multimercados e Fundos de Investimento em Participações – FIPs, e Fundos Imobiliários. Destacou-se que o desempenho do mês apresentou dispersão relevante entre segmentos, mandatos e fatores de risco, não decorrendo de um único ativo ou de uma única estratégia, mas da interação entre posições defensivas de Renda Fixa e exposições mais sensíveis a mercado. Foi informado que, na Renda Fixa, a carteira



**Instituto de Previdência dos Servidores Públicos  
do Município de Piracaia – PIRAPREV**

---

permaneceu apoiada em títulos públicos federais indexados à inflação, fundos de gestão ativa, estratégias referenciadas ao CDI, fundos prefixados de curto prazo, crédito privado de maior qualidade e ativo bancário com remuneração contratada, preservando o papel estrutural do segmento na geração de retorno real, liquidez e previsibilidade. Registrou-se que esse bloco apresentou comportamento positivo no mês, contribuindo para amortecer parcialmente as perdas observadas nos demais segmentos. Quanto à Renda Variável, explicou-se que o resultado negativo do mês refletiu o ambiente de maior aversão a risco, queda de bolsas, reprecificação de juros e diferenciação entre estilos de gestão. Foi destacado que os fundos locais de ações apresentaram desempenhos distintos conforme seus mandatos, graus de concentração, exposição setorial e sensibilidade a fatores como commodities, energia, bancos, dividendos, empresas de crescimento e ativos domésticos mais sensíveis à curva de juros. Também foi informado que as posições vinculadas a BDRs sofreram pressão adicional em razão da queda de empresas globais de crescimento, tecnologia e consumo, diante da abertura dos juros internacionais. No segmento de Investimentos no Exterior, foi esclarecido que a rentabilidade negativa decorreu principalmente da queda dos mercados globais, da reprecificação das expectativas de cortes de juros nos Estados Unidos, da maior volatilidade em empresas de tecnologia e inovação e da menor disposição dos investidores a ativos de crescimento. Ainda assim, registrou-se que tais posições cumprem função de diversificação geográfica, setorial e cambial, devendo ser avaliadas em horizonte compatível com a natureza previdenciária dos recursos e com os limites estabelecidos pela Política de Investimentos. No segmento de Investimentos Estruturados, informou-se que o desempenho foi impactado tanto pela exposição a estratégia multimercado vinculada ao mercado acionário norte-americano quanto pela marcação dos Fundos de Investimento em Participações. Foi esclarecido aos conselheiros que os FIPs possuem natureza de longo prazo, menor liquidez, dinâmica própria de chamadas de capital, avaliação periódica de ativos e horizonte de maturação mais extenso, razão pela qual suas oscilações devem ser analisadas de forma prudente, sem equiparação direta com fundos líquidos de marcação diária. Em relação aos Fundos Imobiliários, registrou-se que o segmento possui baixa representatividade relativa na carteira, mas permanece sob acompanhamento específico em razão da menor liquidez e das características próprias dos veículos investidos. Foi informado que o bloco apresentou resultado positivo no mês, com destaque para o acompanhamento individualizado das posições em fundo imobiliário residual em fase de desinvestimento e em fundo logístico em fase inicial de execução de sua tese de investimento. Também foram apresentados, de forma sintética, os principais indicadores de liquidez, risco, fluxo previdenciário e enquadramento da carteira. Quanto à liquidez, registrou-se que, na data-base de 31/03/2026, os ativos com liquidez de 0 a 30 dias totalizavam R\$ 88.704.843,28, equivalentes a 42,56% da carteira, enquanto os ativos com liquidez de até 365 dias somavam R\$ 165.500.204,42, equivalentes a 79,41% do patrimônio. Os conselheiros foram informados de que tal estrutura preserva margem relevante para atendimento das obrigações previdenciárias, inclusive pagamento de aposentadorias e pensões, sem necessidade de desinvestimentos forçados em condições adversas de mercado. No campo do risco, destacou-se que o Value-at-Risk – VaR consolidado da carteira, calculado para horizonte de 21 dias e nível de confiança de 95%, correspondia a R\$ 5.333.905,84, equivalente a 2,56% do patrimônio, enquanto a volatilidade geral da carteira registrada no Relatório Gerencial foi de 4,07% em março. Esclareceu-se que a Renda Fixa, apesar de representar 65,88% do patrimônio, apresentou VaR de 0,80% e volatilidade de 2,45%, confirmando sua função estabilizadora. Por outro lado, Renda Variável, Investimentos no Exterior e Investimentos Estruturados apresentaram indicadores de risco mais elevados, compatíveis com sua maior sensibilidade a mercado, câmbio, juros globais, marcação de ativos e eventos de reprecificação. Foi igualmente informado que o resultado líquido da carteira em março foi negativo em R\$ 1.197.251,23 e que, no âmbito do



acompanhamento gerencial, a liquidez operacional permaneceu em patamar confortável, com receitas previdenciárias estimadas em aproximadamente R\$ 1.700.000,00 no período e despesas previdenciárias próximas a R\$ 1.256.750,10, reforçando a importância de preservação de previsibilidade nas alocações, manutenção de caixa operacional adequado e compatibilização entre novos ingressos, pagamento de benefícios e eventuais compromissos assumidos em fundos fechados. Foi dada ciência ao Conselho de que, no contexto de transição normativa e de adaptação da carteira à Resolução CMN nº 5.272/2025 e à Política de Investimentos vigente, permaneceram pontos de acompanhamento relacionados ao enquadramento, às posições sob monitoramento e aos desenquadramentos passivos observados no fechamento de março. Esclareceu-se que tais situações seguem sendo monitoradas tecnicamente pela gestão e pelo Comitê de Investimentos, com observância dos limites legais, da política interna, da liquidez dos ativos, da natureza de cada veículo e da necessidade de evitar movimentos precipitados que possam gerar prejuízo ao Instituto. Após os esclarecimentos prestados, o Conselho Administrativo tomou ciência e aprovou a análise da carteira de investimentos referente à posição de 31/03/2026, bem como os relatórios, painéis, demonstrativos e materiais técnicos apresentados, os quais passam a integrar a presente ata em anexo. **Item APROVADO.**

#### 4. Deliberação quanto à alocação de recursos

Dando prosseguimento à pauta, o Sr. Robson Adão Martins Ribeiro apresentou ao Conselho Administrativo a análise técnica referente à proposta de direcionamento dos recursos previdenciários a ingressar no período ao fundo ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA IRF-M 1 FIF RESPONSABILIDADE LIMITADA, inscrito no CNPJ nº 08.703.063/0001-16, em conformidade com as discussões e recomendações previamente amadurecidas no âmbito do Comitê de Investimentos. Esclareceu-se que a proposta foi construída a partir da leitura consolidada do cenário macroeconômico referente a março de 2026, do comportamento recente da carteira, dos indicadores de risco, liquidez e enquadramento, da necessidade de preservação de caixa operacional para pagamento das obrigações previdenciárias e da identificação de oportunidade prudente no segmento de Renda Fixa. Informou-se aos conselheiros que o fundo analisado já integra a carteira do RPPS e se caracteriza por estratégia de renda fixa vinculada ao índice IRF-M 1, com exposição predominante a títulos públicos federais prefixados de curto prazo. Foi explicado que essa característica confere ao fundo menor sensibilidade às oscilações da curva de juros quando comparado a estratégias prefixadas de maior duration, preservando potencial de captura de prêmio na curva doméstica sem ampliação excessiva da volatilidade da carteira. Destacou-se que, no cenário atual, marcado por Selic ainda elevada, início gradual e cauteloso do ciclo de flexibilização monetária, surpresa inflacionária no IPCA de março, pressão decorrente do choque externo de petróleo e maior incerteza nos mercados globais, a alocação em estratégia prefixada curta foi considerada compatível com uma postura técnica, seletiva e prudencial. A proposta também foi avaliada como adequada diante da necessidade de evitar aumento de exposição em segmentos de maior volatilidade, como renda variável, investimentos no exterior, multimercados de maior risco, FIPs e fundos imobiliários. Foi ressaltado que a aplicação no fundo ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA IRF-M 1 FIF RESPONSABILIDADE LIMITADA não deve ser interpretada como aposta direcional agressiva em queda de juros, mas como posicionamento tático dentro da Renda Fixa, voltado à busca de melhor relação entre risco, retorno e liquidez. Registrou-se que o fundo preserva exposição a ativos de elevada qualidade de crédito, com carteira composta predominantemente por títulos públicos federais, e mantém características operacionais compatíveis com a gestão do fluxo mensal do RPPS. Informou-se, nesse contexto, que a recomendação do Comitê de Investimentos foi no sentido de que os



recursos oriundos de contribuição dos servidores, contribuição patronal, aportes, compensação previdenciária – COMPREV – e demais receitas que vierem a ingressar no período sejam aplicadas ao referido fundo, observada a disponibilidade financeira efetiva, a manutenção da liquidez necessária ao pagamento regular das aposentadorias, pensões e demais obrigações do Instituto, bem como os limites estabelecidos na Política de Investimentos vigente e na regulamentação aplicável. Os conselheiros foram cientificados de que a execução da aplicação deverá observar os procedimentos operacionais e documentais cabíveis, incluindo emissão da respectiva APR, conferência dos dados cadastrais do fundo, verificação de aderência à Política de Investimentos, observância dos controles de concentração por fundo, gestor, administrador, segmento e subenquadramento, além do acompanhamento posterior da movimentação nos relatórios mensais de investimentos. Após os esclarecimentos prestados e não havendo manifestações contrárias, o Conselho Administrativo aprovou a recomendação de aplicação dos recursos oriundos de contribuição dos servidores, contribuição patronal, aportes, compensação previdenciária – COMPREV – e demais receitas que vierem a ingressar no período ao fundo ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA IRF-M 1 FIF RESPONSABILIDADE LIMITADA, inscrito no CNPJ nº 08.703.063/0001-16, observadas as providências operacionais, documentais, de controle e de governança cabíveis. **Item APROVADO.**

#### 5. Apresentação dos Processos Licitatórios e de aposentadorias, mês Março/2026:

##### Aposentadorias:

- 01/04/2026 – Maria dos Anjos Leme de Carvalho – Processo 03/2026 – Idade e tempo
- 01/04/2026 – Dorival Fávero Barbosa – Processo 07/2026 – Idade e tempo
- 01/04/2026 – Irene Aparecida Cardoso – Processo 08/2026 – Idade e tempo

##### Licitações:

- Renovação Processo nº 21/2021 – Sistema de Gestão Previdenciária – Four Info Desenv. de Software Ltda. EPP.
- Renovação Processo nº 01/2025 – Perícias Médicas – Metra Medicina Segurança do Trabalho
- Processo 02/2026 – Manutenção ar condicionado – Saulo Alves da Silva

**Item APROVADO.**

#### 6. Apresentação do Relatório de Governança Exercício 2025

A Sra. Claudia apresentou o Relatório de Governança referente ao exercício de 2025, documento que consolida as principais ações, resultados e práticas adotadas pela gestão do RPPS ao longo do período. Destacou-se a importância do referido relatório como instrumento essencial de transparência, controle e prestação de contas, permitindo ao Conselho Administrativo acompanhar de forma clara e estruturada a condução da gestão, o cumprimento das diretrizes legais e regulamentares, bem como a aderência às boas práticas de governança. Ressaltou-se, ainda, que o Relatório de Governança constitui ferramenta fundamental para a avaliação da gestão administrativa, financeira e previdenciária, contribuindo para a tomada de decisões mais seguras e alinhadas aos princípios da responsabilidade, eficiência e sustentabilidade do regime próprio. Por fim, foi enfatizado que a análise e aprovação do relatório pelo Conselho Administrativo reforçam o compromisso institucional com a transparência, a conformidade e a boa governança, elementos indispensáveis à credibilidade e ao equilíbrio do RPPS. O Relatório será submetido à aprovação do Conselho Fiscal e disponibilizado no site do Piraprev. **Item APROVADO.**



## 7. Informes Gerais

A Sra. Claudia informou que participou, na qualidade de palestrante, do 22º Congresso Estadual promovido pela Associação Paulista de Entidades de Previdência do Estado e dos Municípios, realizado no município de Campos do Jordão, no período de 08 a 10 de abril de 2026. Na ocasião, integrou painel voltado à temática da Educação Previdenciária, oportunidade em que foram apresentadas reflexões, práticas e experiências relacionadas ao desenvolvimento de ações voltadas à conscientização e ao fortalecimento da cultura previdenciária no âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social. Destacou-se que a participação no referido evento contribuiu para o intercâmbio de conhecimentos entre gestores, o aprimoramento das práticas institucionais e o fortalecimento da governança previdenciária, reforçando o compromisso do RPPS com a qualificação contínua de sua gestão.

Informou que as reuniões para esclarecimentos sobre a possibilidade de Reforma Previdenciária não tem tido adesão dos servidores, mas ainda assim estão sendo mantidas disponíveis datas para agendamento. Ressaltou que há urgência para aprovação do plano de equacionamento conforme indicado pelo atuário, restando apenas a decisão final do Sr. Prefeito quanto à submeter ou não Projeto de Lei ao executivo para a Reforma Previdenciária, que determinará o Plano proposto dentre os cenários propostos. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.

Piracaia, 14 de abril de 2026.

Ausente

---

Cátia Grasseti do Nascimento  
Titular

---

Lafaiete Fábio Tadeu de Oliveira  
Suplente

---

Eliana Fátima P. Gomes da Silva  
Titular

---

Renata Suyama da Silva  
Titular

---

Elisangela Aparecida de Souza  
Titular

---

Silvana Aparecida de Oliveira  
Titular



**Instituto de Previdência dos Servidores Públicos  
do Município de Piracaia – PIRAPREV**

---

---

Tatiana Guimarães Moreira de Almeida  
Titular Presidente

---

Claudia Leoncio Martins  
Superintendente

---

Tatiane Góes Almeida  
Titular

---

Robson Adão Martins Ribeiro  
Membro do Comitê de Investimentos